

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO  
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO- ÁREA DE CIÊNCIAS DA  
NATUREZA E MATEMÁTICA

Rosiclei Vorel

**CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO DO CAMPO PARA A ESCOLARIZAÇÃO DA  
JUVENTUDE TRABALHADORA**

Florianópolis

2020

Rosiclei Vorel

**CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO DO CAMPO PARA A ESCOLARIZAÇÃO DA  
JUVENTUDE TRABALHADORA**

Trabalho Conclusão do Curso de Graduação em Educação do Campo, do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do título de Licenciado em Educação do Campo.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Natacha Eugênia Janata

Florianópolis

2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Vorel, Rosiclei  
CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO DO CAMPO PARA A ESCOLARIZAÇÃO  
DA JUVENTUDE TRABALHADORA / Rosiclei Vorel ; orientador,  
Natacha Eugênia Janata, 2020.  
47 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -  
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências  
da Educação, Graduação em Educação do Campo, Florianópolis,  
2020.

Inclui referências.

1. Educação do Campo. 2. Juventude. 3. Ensino Médio. 4.  
Educação do Campo. I. Eugênia Janata, Natacha . II.  
Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em  
Educação do Campo. III. Título.

Rosiclei Vorel

**CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO DO CAMPO PARA A ESCOLARIZAÇÃO DA  
JUVENTUDE TRABALHADORA**

Este Trabalho Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de Graduação em Licenciatura em Educação do Campo e aprovado em sua forma final pelo Curso de Licenciatura em Educação do Campo

Florianópolis, 27 de janeiro de 2020.

---

Prof. Dra. Adriana Conceição  
Coordenadora do Curso

**Banca Examinadora:**

---

Profa. Natacha Eugênia Janata, Dra.  
Orientadora  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof. Edson Marcos de Anhaia, Dr.  
Avaliador  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Profa. Patricia Guerrero, Dra.  
Avaliadora  
Universidade Federal de Santa Catarina

Este trabalho é dedicado à juventude que luta e resiste todo dia para chegar a Universidade Pública, as minha amigas Ana Carolina, Fernanda Stoeberl, Gabrieli Vieira e Magdielly Taborda, vocês me inspiram!

## AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas fizeram parte de minha trajetória como estudantes, trabalhadora, mãe e mulher, me apoiaram incentivaram a continuar e hoje finalizo não um trabalho de conclusão de curso, mas sim um sonho, se não fosse com ajuda de vocês nunca chegaria aonde cheguei, numa Universidade Pública.

Agradeço a Jociane a qual tenho tamanha admiração, a qual foi de extrema importância para me ajudar a cuidar da minha filha Hadassa quando necessitava viajar para Florianópolis para estudar.

Ao Celso e ao Sidney os quais me ajudaram a continuar trabalhando e estudando me dando apoio e me motivando.

Aos meus professores do ensino médio que me ensinaram o poder que a educação tem na vida das pessoas.

A Magdielly que com tamanha sabedoria me apoia, me anima, me fez se sentir especial, não acredito em meritocracia, mas você é um exemplo que mesmo tendo todos os obstáculos em sua vida você ainda conseguir romper esses sistema, você é admirável.

A Fernanda que fala palavras sábias, que sempre tinha uma frase que me fazia refletir mesmo nos momentos sofridos que passei.

A Ana Carolina que amo tanto, uma mulher linda por dentro e por fora, que sempre me mostrava que nunca se deve dar peso para coisas que não são importantes, que sempre acreditou nas minhas palavras e me fez a “chofer” mais alegre do mundo, obrigada pelas conversas.

A minha pessoa, Gabrieli, mulher muito fantástica com a melhor personalidade do mundo, eu tenho muita sorte de ter você mulher na minha vida. Não tenho palavras para descrever o quanto é importante na minha vida, obrigada por ser minha amiga.

Ao meu esposo que SEMPRE me apoiou, por ser um homem maravilhoso e muito a frente dos homens da sua geração. Por ler comigo meus textos maçantes, por me dar

carinho e apoiar toda minha indignação diante do machismo da sociedade. Que você continue na minha vida enquanto o amor existir.

Aos meus professores da LEDOC que me ensinaram não somente conteúdos mas, compartilharam um pouco de suas vivências comigo, que sempre tiveram paciência de explicar a resposta de perguntas simples com tanto carinho, vocês são ótimos docentes, não tenho palavras para agradecer a todos que fizeram parte do meu ensino.

A minha orientadora de estágio Alice, professora que um dia espero ser, você é um exemplo de que faz muito mais do que está na sua função de professora, você me ajudou tanto na minha primeira experiência de docentes, nunca vou esquecer. Obrigada de coração.

A Natacha minha orientadora de TCC dedicou seu tempo em ler e corrigir meu trabalho, obrigada por fazer parte desse momento importante da minha vida.

Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda. (FREIRE, 2000, p.31).



## RESUMO

A presente pesquisa aborda a temática da juventude trabalhadora e sua relação com a escolarização, tendo sua origem na trajetória da autora. Ao longo do percurso da Licenciatura em Educação do Campo aprendemos que a escola precisa fazer sentido para os sujeitos e para contribuir para a sua formação se torna necessário compreender seus contextos e especificidades, sobretudo no que diz respeito à relação com os saberes populares, construindo com a comunidade escolar novas formas de acesso ao conhecimento sistematizado. O objetivo geral da investigação foi analisar as possíveis contribuições dos princípios da Educação do Campo para o Ensino Médio nas escolas do campo. Os específicos foram assim sistematizados: compreender o que é ser jovem trabalhador no contexto atual; apresentar e sintetizar dados sobre a escolarização de nível médio no Brasil; discorrer sobre os princípios da Educação do Campo, buscando relacionar elementos para contribuir com a formação da juventude. O procedimento metodológico adotado nesse trabalho foi a revisão bibliográfica, tanto no que diz respeito à juventude, com o foco no campo, bem como com os princípios da Educação do Campo, neste último destacando-se os trabalhos de Roseli Caldart. A origem do trabalho tem como discussão os jovens trabalhadores que vivenciam muitos obstáculos durante sua juventude, sendo um deles sua inserção no mercado de trabalho. Entendendo a importância do trabalho como princípio educativo e não como forma de exploração foi feita uma análise reflexiva acerca do atual contexto de desemprego no Brasil. Dados da alfabetização e da evasão escolar também foram analisados para compreender a importância de políticas públicas na área de educação dos jovens. A partir dos autores apontamos cinco princípios da Educação do Campo, os quais dizem respeito ao papel da escola e seu compromisso político, à gestão coletiva dos processos, incluindo a comunidade; à pedagogia escolar, trazendo contribuições da educação popular e fazendo deste espaço também produtor de conhecimento; ao currículo escolar e sua relação com os sujeitos, por fim, à necessária transformação dos educadores. Para finalizar, consideramos que ao colocarmos o horizonte da transformação da sociedade, o foco na relação entre educação e trabalho traz aspectos importantes para a superação da educação capitalista e, nesta direção a Educação do Campo pode contribuir para o Ensino Médio que atende aos jovens do campo.

**Palavras-chave:** Juventude. Ensino Médio. Educação do Campo.

## ABSTRACT

This research addresses the theme of working youth and its relationship with schooling, having its origin in the author's trajectory. We understand During the tracking of the Degree in Educação do Campo, we learned that the school needs to make sense to students and to contribute to their training, it becomes necessary to understand their contexts and specificities, especially with regard to the relationship with flavors building new ways of accessing systematized knowledge with the school community. The general objective of the investigation was analyzed as possible contributions of the principles of Field Education to High School in field schools. The requirements were thus systematized: understand what the young worker is in the current context; to present and synthesize data on secondary education in Brazil; talk about the principles of Educação do Campo, seeking to relate elements to contribute to the formation of youth. The methodological procedure adopted in this work was a bibliographic review, both with regard to youth, focusing on the field, and on the principles of Educação do Campo, in this last work highlighted in Caldart's works. The reasoning of the work is discussed by young workers who experience many obstacles during their youth, one of them being their insertion in the labor market. Understanding the importance of work as an educational principle and not as a form of exploration, a reflexive analysis was made of the current work context in Brazil. Literacy and dropout data were also analyzed to better understand the importance of public policies in the area of youth education. From the authors point out five principles of Educação do Campo, which are those that respect the role of the school and its political commitment, the collective management of processes, including the community; to school pedagogy, it brings contributions from popular education and also makes this space a producer of knowledge; the school curriculum and its relationship with the subjects, finally, the transformation of educators. Finally, we consider that by placing the horizon of transformation of society, or the focus on the relationship between education and work, it brings the main important aspects for overcoming capitalist education and, in this direction, Educação do Campo, we can contribute to High School that caters to high school youth. field.

**Keywords:** Youth. High school. Educação do Campo.

## **LISTA DE GRÁFICO**

Gráfico 1 – Número de Pessoas Desocupadas no segundo trimestre-2019

Gráfico 2 – Número de Escolas de Ensino Médio- 2010 e 2018

Gráfico 3 –Número de Estudantes Matriculados no Ensino Médio por faixa etária-2010 e 2018

Gráfico 4 - Número de Estudantes de São Bento do Sul/SC- 2005 e 2018

## **LISTA DE IMAGEM**

Imagem 1- Mobilização dos estudantes contra a PEC 241 e a Reforma do Ensino Médio, 2016

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

EAD - Instituição de Educação à Distância

EJA - Educação de Jovens e Adultos

ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INEP - Instituto Nacional de Estudo e Pesquisa Educacional Anísio Teixeira

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC - Ministério da Educação

PIBID - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência

TU - Tempo Universidade

TC - Tempo Comunidade

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

## SUMÁRIO

<b>1.</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
1.1	TRAJETÓRIA DE UMA JOVEM QUE RESISTE.....	16
1.2	PROBLEMÁTICA, OBJETIVO E METODOLOGIA.....	18
<b>2.</b>	<b>JUVENTUDE NO CONTEXTO ATUAL E A ESCOLA.....</b>	<b>22</b>
2.1	O MUNDO DO TRABALHO E A JUVENTUDE.....	24
2.2	A ESCOLA E O JOVEM .....	27
<b>3.</b>	<b>EDUCAÇÃO DO CAMPO COMO CAMINHO PARA TRANSFORMAÇÃO DOS SUJEITOS .....</b>	<b>36</b>
3.1	APONTAMENTOS PARA UM ENSINO MÉDIO DO CAMPO.....	39
<b>4.</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>41</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>44</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão do curso da Licenciatura em Educação do Campo pretende refletir sobre a realidade de jovens que tentam concluir o Ensino Médio ao mesmo tempo em que iniciam suas inserção no mercado de trabalho, trazendo reflexões acerca da importância da escolarização a esses indivíduos, a partir dos princípios educativos assumidos pela Educação do Campo.

O curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC) foi constituído na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) no ano de 2009 pela resolução 006/CEG/2009 com a finalidade de formar docentes para atuarem na Educação Básica, nos Anos Finais do Fundamental e no Ensino Médio, com o foco nas escolas do campo. O curso também tem como objetivo formar docentes que possam participar das gestões dos processos educativos e “a desenvolver estratégias pedagógicas que visem à formação de sujeitos humanos críticos, autônomos e criativos capazes de produzir soluções para questões inerentes à sua realidade (...)” (UFSC, 2009, n.p).

A Licenciatura em Educação do Campo nas áreas de Ciências da Natureza e Matemática torna aptos os estudantes para lecionar nas disciplinas de Biologia, Física, Química e Matemática. O curso tem como metodologia a Pedagogia da Alternância, organizando as aulas no Tempo Universidade (TU) e nos Tempos Comunidade (TC) ocorre a inserção dos estudantes em espaços significativos da sua própria comunidade, sobretudo nas escolas (UFSC, 2009, n.p). A LEdoC vem dentro de uma proposta que considera os sujeitos do campo e seus saberes, surge de muitas lutas de movimentos sociais que resistiram e lutaram para que o campo não seja compreendido como algo atrasado, mas sim considerando em sua importância produtiva, bem como dos sujeitos que ali vivem.

O tema deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) surge a partir de experiências particulares bem como da vivência no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), o qual foi de extrema importância para a nossa formação. As disciplinas de Teorias da Educação, ministrada no segundo ano do curso, foram essenciais para a compreensão da importância dos estudantes no processo educativo. Vale salientar que os momentos de estágio também foram primordiais na escolha do tema, tendo na vivência com os estudantes o surgimento de motivações para escolher estudar e investigar a juventude.

Ao longo da graduação, mais precisamente no estágio do Ensino Médio, ocorreu a aproximação com a realidade dos jovens, trazendo algumas indagações expostas no próximo item deste texto. Estas questões se inter-relacionam com nosso percurso, o qual tem a marca de uma juventude trabalhadora e estudante, estando articulado a escolha dessa temática, por isso, a seguir apresentamos tal trajetória, procurando demonstrar de onde partem as questões que levaram à pesquisa.

### 1.1 TRAJETÓRIA DE UMA JOVEM QUE RESISTE.

Minha<sup>1</sup> ligação com o tema começa no ano de 2012, quando iniciava meus estudos em uma escola do Ensino Médio localizado no município de São Bento do Sul/SC. No primeiro ano engravidei, mas permaneci estudando até o fim daquele período, como a vida havia mudado acabei saindo da casa de minha mãe e fui morar em casa alugada, deslocando-me de ônibus até a escola. No ano seguinte quando minha filha nasceu não frequentei a escola, me dediquei a cuidar dela, até então estava com 16 anos.

Em 2014 voltei à escola, estudando no período matutino e trabalhando tarde e noite em um supermercado da região. Minha rotina se resumia em acordar às seis da manhã, levar minha filha à creche e depois seguir para escola, esse caminho fazia todo de bicicleta, pois a escola era longe da casa. Após o término da aula me deslocava até meu local de trabalho onde passava mais oito horas e meia até o fim do turno. No supermercado havia uma rotina de trabalhar de seis dias e folgar um, assim eu não conseguia dedicar tempo aos meus estudos, então mudei meu horário de trabalho, frequentando a escola à noite e trabalhando de manhã até à tarde.

O estudo noturno é geralmente voltado a estudantes que trabalham de dia, assim os estudos e atividades eram mais fáceis se comparados aos períodos matutino e vespertino. Durante a semana eu faltava em alguns dias nas aulas para poder dormir e descansar um pouco, e como os professores faltavam de vez em quando, conseguia às vezes voltar mais cedo para casa. Recordo-me que gostava de ir à escola para conversar, jogar futebol e frequentar as aulas de Matemática e Filosofia, aquele momento era o meu lazer, pois não conseguia ter tempo de conversar ou sair com os amigos, pois além de trabalhar nos finais de semana havia uma filha para criar e contas para pagar.

---

<sup>1</sup> Neste item trataremos de uma experiência particular assim, optamos por escrever na primeira pessoa do singular, restante do trabalho seguirei na terceira pessoa.



No último ano do Ensino Médio fiz o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), para poder me inscrever em um vestibular de uma instituição de Educação à Distância (EAD), na qual gostaria de cursar Licenciatura em Matemática. Quando me apresentaram a Licenciatura em Educação do Campo na escola fiquei interessada, fazer parte de uma universidade pública seria extraordinário. Inscrevi-me e fiz o vestibular, não passei na primeira chamada, mas quando me ligaram dizendo que eu havia passado na segunda chamada fiquei muito emocionada, já que na minha família nunca alguém havia frequentado alguma universidade.

Naquele ano eu já havia voltado a morar com minha mãe, pois acabara de sair de um relacionamento abusivo, o qual vivenciei agressões físicas e psicológicas. Conversei com o gerente do supermercado o qual me adiantou as férias para eu poder ir para meu primeiro TU em Florianópolis. Eu me apaixonei pelo curso. No primeiro semestre não fui muito bem, quase fiquei em recuperação, foi quando percebi que não conseguiria manter o trabalho ao mesmo tempo que estudava, acabei optando por sair do serviço. Logo veio primeira bolsa de estudo, do Programa de Iniciação à Docência (PIBID), com ela consegui entrar em uma escola pela primeira vez, e ali comecei a me ver como uma professora. Enquanto participava do programa tive a oportunidade de observar que vários jovens também enfrentavam o que eu havia vivenciado todo meu Ensino Médio, conjugavam trabalho e estudo.

Em 2019 no último ano do curso, fui professora substituta em uma escola no período noturno, a mesma onde realizava meu estágio obrigatório da graduação. Como era professora de Matemática percebia que muitos alunos tinham muitas dificuldades em operações simples, e o que mais chamou atenção foi que em uma sala de quarenta alunos, apenas três do terceiro ano iriam fazer o ENEM. Os alunos não tinham tempo de estudar, então nós professores fazíamos atividades apenas em sala e provas apenas com consulta ao caderno, os alunos não tinham perspectiva de fazer alguma faculdade.

Tomei um choque de realidade muito perverso, alunos desanimados, escolas sem estrutura de qualidade e com alguns professores com sessenta horas de trabalho que mal frequentavam a escola para dar aula. Assim alguns questionamentos surgiram: como esses jovens conseguem manter esse ritmo de escola e trabalho? Qual a importância que esses estudantes dão ao ensino? Como a escola pode contribuir para a realidade dessa juventude?

No último ano da licenciatura me sentia sem esperança, como poderia me tornar uma profissional capaz de lidar com salas lotadas de alunos, janelas quebradas, quadros

com buracos, carteiras em péssimos estados e mesmo assim lutar por uma educação emancipatória? Como mostrar a importância da escola para alunos que vêm aquele espaço como indiferente e que estão ali apenas por obrigação?

Percebi que durante as aulas os estudantes estavam exaustos e queriam apenas ir para casa descansar após um dia de trabalho. A todo momento eu mesma me questionava como explicar geometria analítica sendo que eles não veem aquilo como algo relevante para suas vidas, como seguir um currículo que não tem significado para alunos, com indivíduos não têm expectativa de estudo além do Ensino Médio?

Com essas questões e minha trajetória de vida que me trouxeram a Licenciatura em Educação do Campo é que busquei me aprofundar sobre o que é ser jovem no contexto atual da sociedade brasileira, considerando sua inserção na escola e as contribuições da Educação do Campo.

## 1.2 PROBLEMÁTICA, OBJETIVO E METODOLOGIA

A concepção de escola que se volta aos sujeitos respeitando seus modos de vida está presente na Educação do Campo, a mesma tem sua origem nas lutas dos movimentos sociais sendo o principal deles o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Tais movimentos a partir de suas experiências históricas de lutas e resistências vêm construindo uma educação voltada à realidade de seus sujeitos.

O Ensino Médio historicamente tem significado a saída dos jovens do campo para estudar, uma vez que em sua maioria os prédios se localizam nos centros dos municípios, assim a juventude se vê muitas vezes forçada a sair do campo para poder estudar. Possuímos direitos universais, sendo o acesso à educação um deles. Segundo Haddad (2012, p.219), “A ausência de políticas efetivas e específicas para o campo colabora na perpetuação dos níveis desiguais de quantidade e qualidade de instituições escolares quando comparados ao meio urbano”. Neste sentido, como afirma Caldart (2011), lutar por políticas públicas é uma das formas de conseguirmos alcançar a universalização do acesso do povo à educação. Os estudantes do campo têm direito de estudar onde vivem e não necessitar deslocarem-se muitos quilômetros de distâncias para as sedes dos municípios a fim de escolarizar-se.

Quando nos debruçamos para entender como se dá o processo de desvalorização das escolas do campo compreendemos que existe interesse em manter o campo como lugar

atrasado e sem perspectiva. Além das questões mencionadas, a desvalorização do campo contribui para a centralização dos estudantes em poucas escolas, pois a juventude se desloca para os prédios localizados nas sedes ou centros dos municípios, lotando assim salas que não têm infraestrutura para sustentar tal situação.

Inserir jovens e adolescentes em escolas com infraestrutura física e pedagógica não adequada contribui para elevar os índices de evasão e repetência. Se, por um lado, com a ampliação da oferta, resolve-se o problema da inclusão, por outro lado, incluir sem condições básicas para o aprendizado não mantém os alunos na escola. Portanto, a questão da democratização do ensino médio não está relacionada somente com a oferta de vagas, mas, principalmente, com a questão do conhecimento que será disponibilizado para aluno e com a forma como isso será feita. Diante disso, é imprescindível que novas abordagens curriculares sejam desenvolvidas. (HALMENSCHLAGER, 2014, p. 39).

Como mencionado por Halmenschlager (2014), sobrecarregar escolas para diminuir custos é uma problemática, pois, ter acesso ao ensino não é previsão de que essa juventude continuará dentro da escola. A desqualificação da escola, então, não pode ser vista apenas “como resultante das ‘falhas’ dos recursos financeiros ou humanos, ou da incompetência, mas como uma decorrência ao tipo de mediação que ela efetiva no interior do capitalismo monopolista” (FRIGOTTO, 2010, p.152).

Compreendemos, a partir dos aprendizados na Licenciatura em Educação do Campo, que a escola precisa fazer sentido para os sujeitos que nela passam um longo período de sua vida e que para contribuir para a formação destes sujeitos precisamos entender suas realidades e especificidade. A Educação do Campo traz o entendimento que a instituição escola pode proporcionar um espaço que valoriza saberes da população e que construa juntamente com toda a comunidade escolar novas formas de acesso ao conhecimento sistematizado, que levem em consideração os sujeitos históricos. Colocar a perspectiva de ser docente mediante estes princípios nos faz repensar práticas como menciona Freire (2018, p.53),

O fato de me perceber no mundo, com o mundo e com os outros me põe numa posição em face do mundo que não é de quem nada tem haver com ele. Afinal, minha presença no mundo não é de quem a ele se adapta, mas a de quem nele se insere. É a posição de quem luta para não ser apenas objeto, mas sujeito também da história.

O Ensino Médio é visto como chance de um futuro melhor para os jovens (ABRAMOVAY, CASTRO, 2003). Refletir sobre como a escola pode contribuir na formação da juventude acarreta repensar a educação desses jovens. Defender a educação de qualidade para a classe trabalhadora é entender que a educação, para além de ser um direito, também contribui para transformar as pessoas.

Julgamos que defender o direito dos trabalhadores à educação é uma proposta mais radical do que apenas defender escola para todos. A distinção entre educação, entendida enquanto instrução, e educação entendida enquanto produção-formação de homens, construção da identidade de uma classe, é uma velha distinção que vai além de uma pura diferença nominal e encontra uma longa e tensa tradição teórica e prática. (ARROYO, 2012, p.106).

Considerando a problemática apresentada, algumas questões de pesquisa foram formuladas: o que é ser jovem no contexto atual? Quais as condições de escolarização no Ensino Médio? Que aspectos o Ensino Médio precisa assumir ao voltar-se para os jovens trabalhadores do campo? Que princípios e fundamentos da Educação do Campo podem se articular com a formação da juventude? Sendo assim, a questão central que balizou a investigação foi: que contribuições a Educação do Campo pode dar para um Ensino Médio que se aproxime da juventude do campo?

Dessa forma, estruturamos como objetivo geral da investigação sistematizar uma reflexão acerca de possíveis contribuições dos princípios da Educação do Campo para as escolas de nível médio que atendem aos jovens do campo. Os objetivos específicos foram os seguintes: compreender o que é ser jovem trabalhador no contexto atual; apresentar e sintetizar dados sobre a escolarização de nível médio no Brasil; discorrer sobre os princípios da Educação do Campo, buscando relacionar elementos para contribuir com a formação da juventude.

Para compreender e desenvolver este estudo buscamos nos aproximar do método do materialismo histórico dialético entendendo que “para conhecer realmente um objeto é preciso estudá-lo em todos os seus aspectos, em todas as suas relações e todas as suas conexões” (GIL, 1989, p.32). Segundo Pires (1997) entender que as relações entre sujeito-objeto é compreender que o ser humano se relaciona com várias “coisas”, como também com a natureza e com a vida.

O procedimento metodológico adotado foi a revisão bibliográfica, buscando construir uma elaboração teórica acerca da temática, a partir das **categorias juventude, Ensino Médio e Educação do Campo**. A escolha deste formato tem, entre outros motivos, relação com o fato de ser uma primeira aproximação ao tema do Ensino Médio, havendo muitas produções acadêmicas, o que impõe um desafio de dar conta de realizar uma leitura adequada para um texto acadêmico. Aliado a isto, o prazo para a finalização deste Trabalho de Conclusão, realizado concomitantemente às demais atividades da licenciatura, incluindo o Estágio Supervisionado, bem como aos demais afazeres da vida particular (ser mãe, trabalhadora e estudante) também foi determinante por tal preferência.

Neste capítulo introdutório retratamos a trajetória da autora, como também a problemática, o objetivo geral e os específicos, além do procedimento metodológico escolhido para realizar essa pesquisa. O segundo capítulo consiste em retratar o que é ser jovem no contexto atual da sociedade, trazendo aspectos para discutir a escola e o trabalho. Já o capítulo seguinte discorre sobre a Educação do Campo, apresentando seu histórico, bem como seus princípios educativos, buscando sistematizar apontamentos para contribuir com um Ensino Médio comprometido com a formação da juventude.

Finalizamos com a conclusão deste trabalho com os objetivos levantados no início da introdução, trazendo contribuições da educação do campo para os sujeitos e suas realidades do campo. Outro ponto levantado são os apontamentos para futuros estudos que podem vir a partir desse trabalho e as contribuições que a licenciatura em educação do campo trouxe na formação do autor.

## 2. JUVENTUDE NO CONTEXTO ATUAL E A ESCOLA

Buscamos discorrer sobre a categoria da juventude, que concepção assumimos e o contexto atual no que diz respeito a sua condição de trabalho e à escolarização. Segundo a lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013 (BRASIL, 2013) é considerado jovem aquele sujeito entre 15 a 29 anos, tendo direito à educação, à profissionalização, ao trabalho, à renda, à diversidade, à igualdade, à saúde, à cultura, à comunicação, à liberdade de expressão, ao esporte, ao lazer, ao território, à mobilidade, à sustentabilidade, ao meio ambiente, à segurança pública, bem como à justiça, visando assim um ambiente seguro, sem violência aos jovens brasileiros.

Sobre o que é um direito, concordamos com a afirmação de Haddad (2012, p.215),

Assim, dizer que algo é um direito humano é dizer que ele deve ser garantido a todos os seres humanos, independentemente de qualquer condição pessoal. Esse é o caso da educação, reconhecida como direito de todos após diversas lutas sociais, posto que por muito tempo foi tratada como privilégio de poucos.

Assim todos deveriam ter os mesmo direitos, porém se analisarmos as especificidades das etnias, gêneros e, sobretudo, da classe social, veremos uma desigualdade ao acesso a esses direitos, o que ocorre também com os jovens trabalhadores, uma vez que estão inseridos nas contradições do sistema em que vivemos.

Retomando o que define a juventude, a faixa etária é um dos elementos que ajudam a compreendê-la, além da sua inserção em diferentes trabalhos. Segundo Queiroz (2019), isto se dá por volta dos 18 aos 24 anos, mas entendendo a realidade que vivemos, e considerando o que observamos em nossa inserção no estágio supervisionado, percebemos que a vida produtiva dos jovens trabalhadores brasileiros, especialmente os do campo, se dá em idades inferiores aos 18 anos, seja na condição formal de menor aprendiz (BRASIL, 2000) os adolescentes começam a trabalhar para garantir sua existência.

Quando mencionamos o que é ser jovem na legislação encontramos inúmeros direitos, pois o “ser” se caracteriza como produto das relações que acontece na sociedade, o acesso a diferentes possibilidades forma quem será esse jovem. Compreendendo a importância de tais direitos para a formação desses sujeitos, entendemos que a falta de algum deles pode acarretar um prejuízo na construção enquanto indivíduo.

Segundo Silva et al. (2013, p. 408) “ O Jovem constrói-se como sujeito social por meio de interações com grupos dos quais faz parte, ao longo de sua vida. Nesse processo, mais do que *ser*, ele se configura por um (in) constante *ir sendo* jovem”, formando assim

com o passar do tempo uma transformação na qual sua aproximação ou distanciamento de tais direitos contribui para a formação de sua identidade.

Portanto o ser jovem é “um vir a ser de um outro, que não é mais jovem e sim o adulto. Por mais que isso ocorra de forma aligeirada ou prolongada.”(JANATA, 2012, p.123). Articulado com esta compreensão, temos a contribuição de Corti e Souza (2012) ao mencionar que a vida se resume em várias transições, do bebê para a criança, desta para a juventude e, por sua vez, para o adulto, e por fim, do adulto para a velhice. Dessa forma, a questão central para compreender os períodos da vida, em nossa caso, a juventude, seria ter o entendimento das principais características que promovem a transição da adolescência para a juventude, para a partir dele, poder contribuir para sua formação.

Ao longo dos anos a palavra juventude sofreu inúmeras transformações de significado, tendo na legislação mudanças acerca da faixa etária de sua definição, mas caracterizado principalmente por comportamentos sociais e não biológicos. Conforme Bourdieu (2019) afirma “a juventude e a velhice não são dados, mas construídos socialmente, na luta entre os jovens e os velhos. As relações entre idade social e idade biológica são muito complexas.”

Na sociedade cada cultura, etnia e povo classifica o jovem por critérios colocados por adultos os quais determinam quando se acaba a fase da adolescência e começa a juventude, tendo como definição do que é ser jovem a partir de experiências passadas obtidas através de seu povo. Segundo Mello (2019, p.31) “A noção de juventude pode variar de acordo com a história das sociedades e os diferentes grupos sociais dentro de uma mesma sociedade, de uma mesma cultura”.

Há muitas contradições na sociedade que ora “trata os jovens como crianças, dispensando-lhes um tratamento infantilizador, ora exige deles responsabilidades típicas do mundo adulto.” (CORTI; SOUZA, 2012, p.18). Assim, determinar o significado da palavra jovem é algo complexo, na qual a juventude passa por construções sociais obtendo assim significado pelos papéis sociais que eles exercem ao longo da história, caracterizando-se por constantes mudanças. Concordamos com a afirmação de Mello (2019, p. 33), quando nos traz:

Tendo em vista que o jovem só existe em relação ao outro que não é jovem (adulto), e por seguinte, em relação ao contexto social que os envolve, é necessário afastar de vez o debate da juventude da concepção idealista e a-histórica que se constituiu ao decorrer dos tempos.

Assim, a língua que falamos os valores, os sentimentos, os hábitos, o gosto, a religião ou as crenças e os conhecimentos que incorporamos não são realidades naturais, mas uma produção histórica. São os seres humanos em sociedade que produzem as condições que se expressam no seu modo de pensar, sentir e de ser. (FRIGOTTO, 2012, p.265 e 266).

Diante do exposto, consideramos a juventude como um processo em construção que assume uma potencialidade na formação escolar. Entretanto, por se tratar de um país desigual, afetados pelas condições das relações capitalistas, muitos não conseguem vivenciar esse período de sua vida de forma adequada, não sendo possível usufruir dos direitos, ainda que estejam previstos na lei, como mencionado no início do capítulo. As condições desumanas que os jovens trabalhadores brasileiros sofrem podem ser verificadas quando tratamos do desemprego e da falta de escolarização, as quais buscamos caracterizar a seguir.

## 2.1 O MUNDO DO TRABALHO E A JUVENTUDE

Ao sistematizar a compreensão acerca do que é ser jovem trazemos nessa reflexão a relação da juventude com o trabalho, algo que é central na formação do ser humano. Assumimos o entendimento de sua importância para a sobrevivência da sociedade, já que o trabalho nos transforma ao mesmo tempo em que transformamos nosso meio. Segundo Engels (1876, p.4), “É a condição básica e fundamental de toda a vida humana. E em tal grau, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem”.

Entendemos nesse capítulo o trabalho como transformador da sociedade e não como *tripalium*<sup>2</sup>, no sentido presente ao longo do século XVIII, diante das jornadas de trabalho extensas e as condições de trabalho hostis. Para Frigotto (2012, p.268) a revolução industrial surgiu como aumento do desemprego no campo já que “Para a grande maioria dos trabalhadores do campo, em vez de significarem novas possibilidades na melhoria da produção, as novas tecnologias resultam em sua expulsão para periferias urbanas e na ampliação do latifúndio”. Se o trabalho é formador e transformador da natureza e, nela, do próprio ser humano, a propriedade privada trouxe uma relação alienada entre o sujeito e o trabalho, conforme expõe Frigotto (2012, p. 267-268),

---

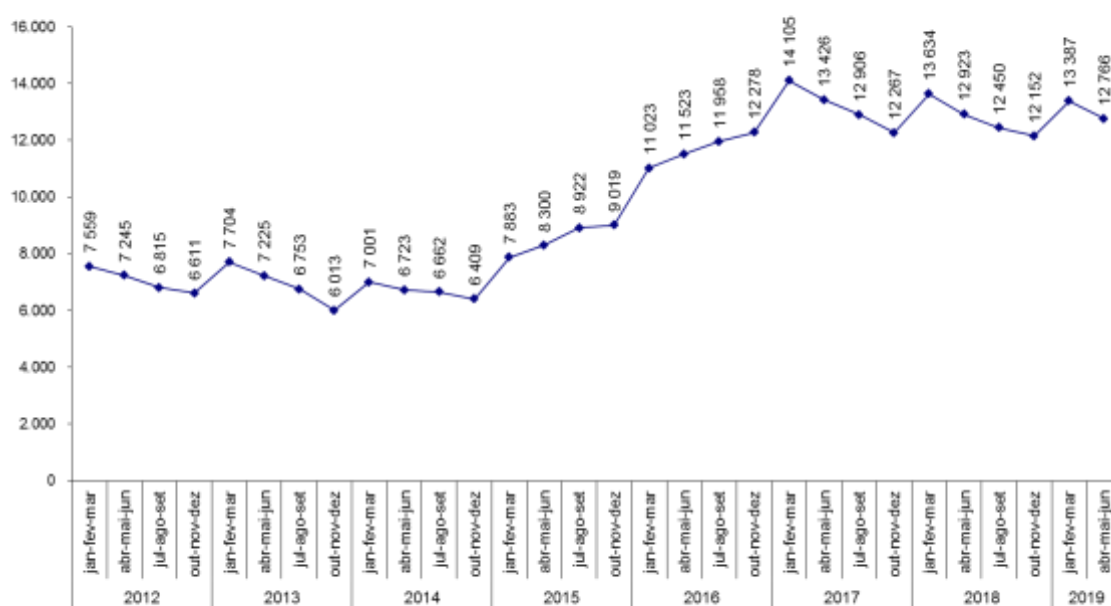
<sup>2</sup> Instrumento utilizado para torturar pessoas, segundo Chauí (1999). Para saber mais consultar a obra: LAFARGUE, Paul. O direito à preguiça; introdução de Marilena Chauí. São Paulo: Hucitec; Unesp, 1999



A propriedade privada se constitui no fundamento de todas as formas de alienação. Separa e aliena o ser humano da natureza e do produto de seu trabalho; aliena-o de si mesmo, pois o que produz não lhe pertence, mas pertence a quem comprou sua força e seu tempo de trabalho; aliena-o como membro da humanidade ou lhe exclui da condição humana e finalmente, aliena-o em relação aos outros seres humanos.

O trabalho se constitui como fundamental para o ser humano, sendo sua atividade vital, dando sentido e significado para a vida. Entretanto, no capitalismo, está restrito à face da exploração, pelo assalariamento. Contudo, não é todo indivíduo que alcança isto, pois nem todos conseguem empregar-se, o que intensifica ainda mais a exploração e precarização do capital sobre a vida humana. Assim, outra característica a ser considerada é a taxa de desemprego no Brasil. Dados obtidos através do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelam o número de pessoas desocupadas.

Gráfico 1 - Número de pessoas desocupadas no segundo trimestre-2019.



Fonte: IBGE (2019) - dados do mês Agosto/2019.

O total de pessoas sem emprego no trimestre encerrado em julho de 2019 era de 12 milhões, no qual se encontram adultos, idosos e os jovens. Deparamos então com um país desigual, com direitos voltados à classe burguesa e em que a classe trabalhadora muitas vezes precisa se submeter a empregos, ou até mesmo condições informais, os quais não proporcionam uma vida adequada a esses sujeitos.

Dessa maneira ocorre uma falsa ilusão de que a escola possa oferecer oportunidade futura de um emprego já que a taxa de desemprego supera a escolaridade. O Ensino Médio

é atingido por esta situação, pois, conforme afirmam Abramoway e Castro (2003, p. 157), do “ponto de vista do mercado, a deterioração da qualidade desse nível de ensino não representa problema e não compromete a produtividade, pois o profissional qualificado no ensino médio já não ocupa mais o centro dos setores modernos.” Assim, encontramos jovens frustrados com um futuro profissional incerto, vivendo uma condição de vida precária.

Além disto, há também o fato de que muitos dos desempregados do país são jovens que não iniciaram suas vidas produtivas formal, sofrendo com a falta da primeira oportunidade. Esta situação está presente desde o início dos anos 2000, atingindo a mais do que uma geração da juventude brasileira, a qual que se depara com altos índices de desemprego, como mencionado pelos autores em texto de 2003,

Enquanto a taxa de desemprego foi de 8,8% para o conjunto da região, ela alcançou 15,2% entre os mais pobres e 20,6% entre os jovens- em um período em que o setor moderno da economia diminuiu sua participação no emprego, enquanto o setor informal continuou sendo sua principal demandante. (ABROMOVAY, CASTRO, 2003, p.157).

Vale ressaltar que mesmo diante das taxas de desemprego, os jovens da classe trabalhadora se inserem desde muito cedo em atividades de trabalho, na ajuda dos familiares, nas situações informais em comércios ambulantes e prestações de serviços, entre outros. Como menciona Silva (2014), o indivíduo acaba tornando-se um sujeito cuja única função é gerar a manutenção e ampliação do sistema capitalista que o transforma num trabalhador parcial.

A divisão do trabalho teve consequências importantes, o indivíduo subjugado às ferramentas, que também são modificadas em virtude da especialização das funções, têm suas habilidades alteradas. O trabalhador parcial que executa uma única operação transforma seu corpo em órgão especializado dessa função, por conseguinte, levará menos tempo para executar do que um artesão que realiza diferentes operações. (SILVA, 2014, p.3).

O trabalho alienado “reduz-se a uma obrigação necessária para sobrevivência mínima, perdendo os elementos de uma formação humana” (DAYRELL, 2011, p.63) se tornando uma mercadoria tendo como principal crítica a “teoria do capital humano” surgindo linhas de pesquisas que descrevem:

[...] o homem voltaria a ser livre quando fosse dono de seu trabalho, quando retornassem a suas mãos seus próprios instrumentos de trabalho, enfim, quando controlassem o que produz e para quem produz [...] projeto histórico da classe trabalhadora de ter nas suas mãos, de coletivizar e controlar os meios de produção. (GOMEZ, 2012, p. 67).

Essa diferenciação se faz necessária para entender o trabalho voltado ao sistema capitalista que é contrária a compreensão que assumimos, do trabalho como formativo, ou em outras palavras, do trabalho como princípio educativo, a partir do conceito marxista desenvolvido por Janata (2004), que traz o trabalho como transformador da natureza e do próprio ser humano. Portanto, os jovens tem essa relação em entender o que é ser jovem, viver essa fase da vida e o iniciar sua entrada nas no mundo do trabalho que hegemonicamente não assume esse papel transformador, mas sim alienado.

Para que possamos construir uma sociedade que vise em primeiro lugar a humanidade e não o lucro sobre todo e qualquer ser vivo, levando em consideração o atual contexto que estamos, apontamos a necessidade de resistência e organização coletiva, com posicionamentos diante de toda e qualquer opressão, algo que se coaduna com os princípios da Educação do Campo a serem tratados no próximo capítulo.

## 2.2 A ESCOLA E O JOVEM

A sistematização educacional que retrata os jovens em relação à escola traz reflexão sobre o papel do ensino para a vida dessa juventude que levanta dados importantes para a superação de índices de alfabetização.

Em 2009 o Ensino Médio passa a integrar a Educação Básica, incluindo dos 4 aos 17 anos de idade (BRASIL, 2013) tornando-se assim uma etapa obrigatória na escolarização. Em 2014 houve a aprovação do novo Plano Nacional de Educação (PNE) o qual traz 20 metas que devem ser cumpridas até o ano de 2024 (BRASIL, 2014). Se consideramos para a reflexão a meta 3 do referido plano, que trata da universalização do atendimento à Educação Básica até 2016 para jovens entre 15 à 17 anos, veremos o resultado dos indicadores que a meta não foi atingida.

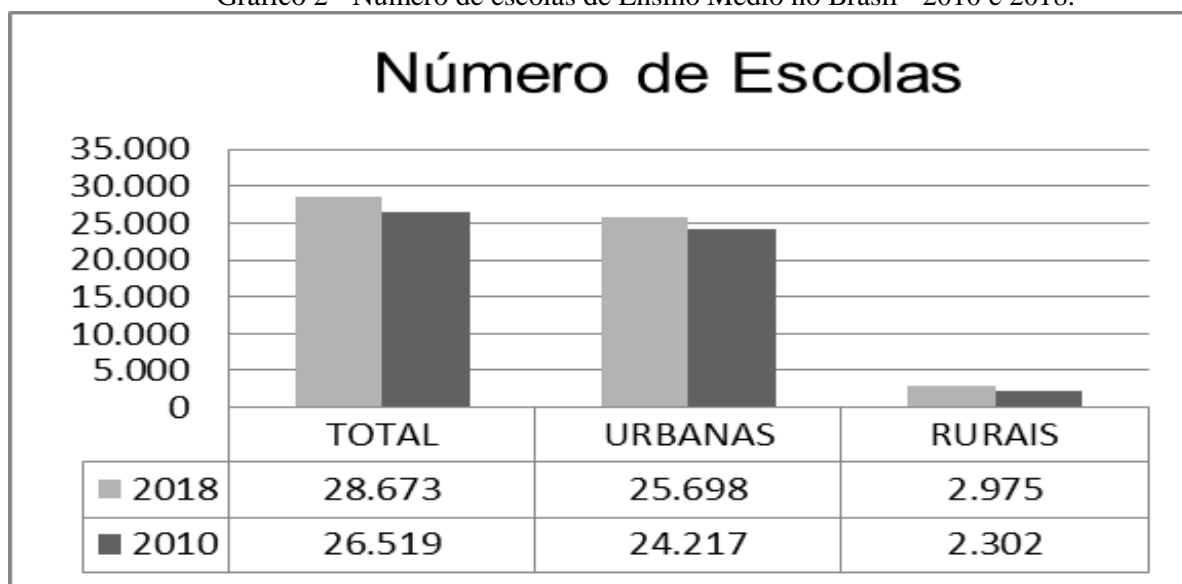
O desafio da Meta 3 quanto à universalização do atendimento dos adolescentes de 15 a 17 anos recai sobre a evasão escolar. Cerca de 900 mil adolescentes que estão fora da escola e não concluíram o ensino médio foram matriculados no início de sua trajetória escolar na idade adequada, mas sofreram percalços nessa trajetória que os impediram de permanecer até a conclusão. (BRASIL, 2018, s/p)

A juventude do campo é uma das mais prejudicadas no âmbito de políticas educacionais, Castro (2012) menciona que uma das principais causas do abandono do Ensino Médio para os jovens do campo é o acesso às escolas.

Retornando para a discussão acerca das metas do PNE analisamos a meta 9, a qual se refere a taxa de analfabetismo, visando sua erradicação até o ano de 2024. Entretanto, panorama mostrado pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) divulgado em 2018 pelo IBGE, mostra que as regiões Norte e Nordeste estão acima da meta intermediária, assim a taxa de analfabetismo não terá seu fim até o ano de 2024, o que anuncia uma lacuna nos possíveis resultados esperados.

Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira Legislação e Documentos (INEP), os dados de estabelecimentos regulares de Ensino Médio teve um aumento de 2010 a 2018, como mostra o gráfico a seguir.

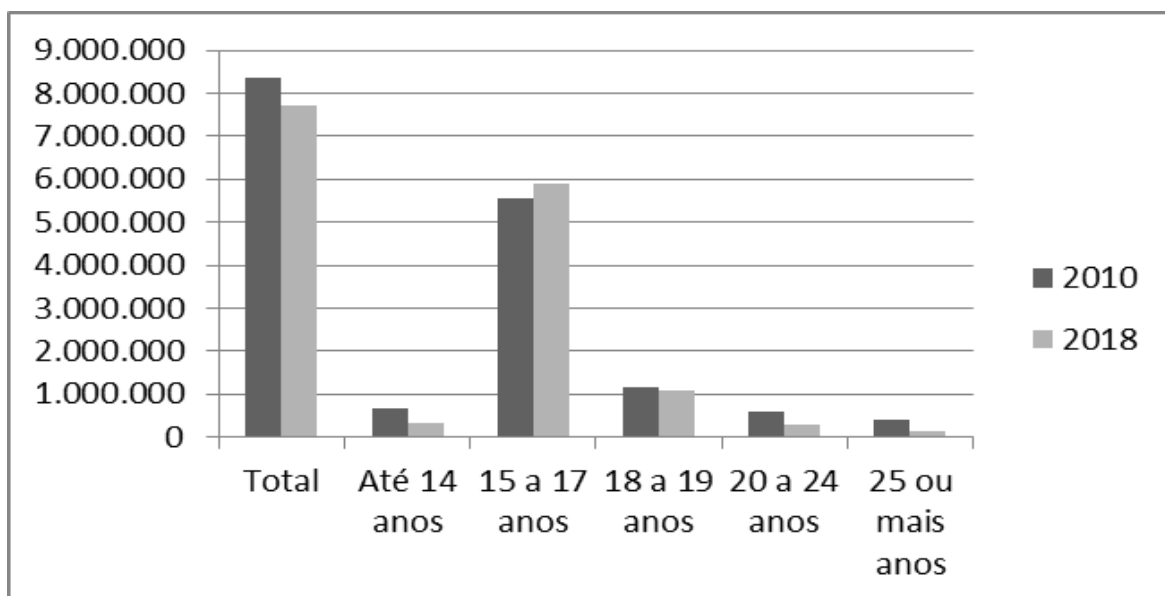
Gráfico 2 - Número de escolas de Ensino Médio no Brasil - 2010 e 2018.



Fonte: INEP, 2019.

No entanto o número de matrícula do mesmo período decaiu, sendo que os dados do INEP (2019) mostram que em 2010 havia mais jovens matriculados nas escolas do que em 2018. Na idade de 15 a 17 anos acontece um aumento significativo no ano 2018, mas nas demais ocorre uma queda visível.

Gráfico 3 - Número de estudantes matriculados no Ensino Médio por faixa etária no Brasil - 2010 e 2018

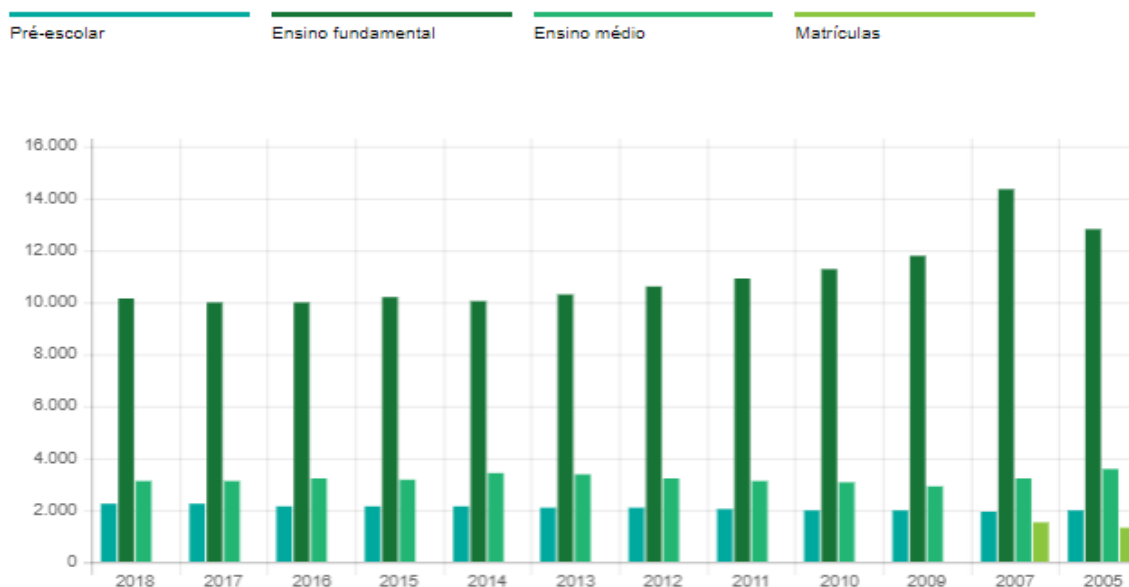


Fonte: INEP (2019)

Se compararmos a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no mesmo período também ocorreu uma queda, de 4.287.234 desce para 3.545.988 estudantes matriculados, porém em contrapartida houve um pequeno aumento nos dados que se referem ao ensino profissionalizante, de 1.376.824 do ano de 2010 sobre para 1.903.230 de matrículas em 2018. Isto demonstra uma possível absorção dos jovens na educação profissional, buscando cursos técnicos que os permitam uma qualificação mais imediata para a inserção no trabalho, algo que não está garantido, como já afirmamos. Além disso, ainda fica presente uma lacuna na universalização desta etapa a Educação Básica.

Dados obtidos especificamente do município de São Bento do Sul/SC mostram que o número de matrículas no Ensino Médio vem caindo ao longo do ano, o número de matrículas no Ensino Médio no município em 2005 era de 3.560 o número cai para 3.120 em 2018.

Gráfico 4 - Número de estudantes matriculados em São Bento do Sul/SC - 2005 e 2018

**Matrículas** ( Unidade: matrículas )

Fonte: IBGE (2019)

Ainda em 2018 havia segundo o IBGE (2019) um número de 47,3 milhões de pessoas entre 15 a 29 anos de idade, os quais 13,5% estavam ocupadas e estudando, 23,0% não estavam ocupadas nem estudando, 28,6% não estavam ocupadas, mas estudavam, já as que estavam ocupadas e não estudando o número era de 34,9%. Observamos uma alta taxa de jovens que não estudam, porém trabalham, explicitando um dos muitos aspectos da desigualdade social no Brasil que atinge a juventude. Outra característica, articulada a esta, que demonstra as desigualdades sociais sofridas pela juventude da classe trabalhadora, em detrimento dos interesses dos jovens da classe burguesa, pode ser exemplificada pelo ingresso na universidade pública, como podemos observar no trecho a seguir:

O vestibular de 2001 da UFSC contou com um total de 35.242 inscrições, para 3.802 vagas, o que representa 89% de não-ingressantes no ano em questão. No entanto, considerando indicadores relacionados à origem social e ao passado escolar dos inscritos e aprovados, os resultados evidenciam a forte desigualdade de acesso ao ensino superior e a seletividade fundada na hierarquia dos cursos universitários. (ZAGO, 2006, p. 229).

Segundo Abramovay e Castro (2003) as desigualdades são frutos das contradições sociais a escola contribui profundamente para a reprodução da hierarquia das posições sociais na qual os dominantes acabam sendo favorecidos. Mesmo constatando que houve algumas políticas públicas presentes até esse momento voltado para a educação e ensino desta juventude, notamos que há um grande déficit de eficiência nestas políticas educacionais, pois os números de evasão escolar e os níveis de analfabetismo continuam elevados.

Segundo Kuenzer (1992, p.33) mesmo com todos os problemas ligados a educação não devemos abandonar a escola, mas, do contrário, reivindicar os direitos de oferta a toda a população e em todos os níveis de ensino. Levando em consideração a força que exerce a população unida, a autora menciona que “a pressão das camadas populares forçará sua revisão; para isso, é preciso que novas alternativas sejam coletivamente elaboradas, o que exige clareza teórica e comprometimento político”.

Durante o desenvolvimento do estágio supervisionado, quando perguntamos aos estudantes, por que cursam o Ensino Médio, ouvimos inúmeras respostas, sendo uma delas “a possibilidade de ingressar em algum curso superior”. Assim o Ensino Médio se torna uma forma de passar no Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM) e tentar conseguir ingressar em um curso superior considerando a disputa por vagas, sobretudo nas instituições de ensino públicas. Como avaliado por Abramovay e Castro (2003, p.174), isso se deve ao fato do sistema não proporcionar oportunidades iguais a todos:

Pode-se constatar, tanto nos depoimentos, como a partir da análise da literatura, que um dos problemas da educação brasileira diz respeito aos processos seletivos de acesso à educação superior. Primeiro, porque o modelo adotado pouco favorece os candidatos provenientes das escolas públicas, havendo assim seletividade social. Segundo, em função de sua influência negativa na prática docente, que acaba por se caracterizar pelo planejamento centralizado em conteúdos prescritos por estes exames, como visto em depoimentos anteriores, fazendo com que a metodologia de ensino se resuma à exposição do professor, às resoluções de exercícios e ao estímulo à memorização.

Quando passamos nas ruas movimentadas vemos inúmeros *outdoors* com propagandas de escolas particulares que têm em suas conquistas a entradas de seus estudantes em universidades públicas, as quais são muito disputadas. Segundo os autores “Assim, o índice de aprovação no vestibular acaba sendo um critério primordial na avaliação do ensino, um qualificador do que é uma boa escola e um ensino de qualidade.” (ABRAMOVAY, CASTRO, 2003, p. 175).

Para a juventude do campo as possibilidades de conseguir entrar em numa graduação é menor, pois se encontram mais distantes das instituições e se querem ingressar num determinado curso por vezes têm que se locomover quilômetros de distâncias até a sede do município, e acabam por acessar a educação à distância e não necessariamente cursos de qualidade em instituições de ensino superior públicas e gratuitas. Assim pensar políticas públicas para tais comunidades é fundamental para que haja oportunidades iguais para todos os sujeitos.

Para além de todas as questões discutidas até agora, não poderíamos deixar de comentar a importância do debate sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que foi homologada em 2018, e a necessidade de considerar aspectos fundamentais para uma reflexão crítica acerca da educação da juventude e do Ensino Médio.

Embora a obrigatoriedade do Ensino Médio seja mais recente já se verifica sua presença no Artigo 35 da seção IV da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), colocando-o como a etapa final da Educação Básica com duração mínima de três anos, tendo a com a finalidade de:

- I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
  - II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
  - III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
  - IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.
- (BRASIL, 1996, s/p).

Em dezembro de 2018 foi homologada a Base Nacional Comum Curricular tendo sua implantação nas escolas a partir de 2019. Esta funcionará no Ensino Médio por meio dos itinerários formativos os quais têm como finalidade segundo o MEC:

[...] se aprofundar nos conhecimentos de uma área do conhecimento (Matemáticas e suas Tecnologias, Linguagens e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas) e da formação técnica e profissional (FTP) ou mesmo nos conhecimentos de duas ou mais áreas e da FTP. As redes de ensino terão autonomia para definir quais os itinerários formativos irão ofertar, considerando um processo que envolva a participação de toda a comunidade escolar. (BRASIL, 2017, s/p)

Conforme o MEC cita o aluno poderá escolher em que áreas de conhecimento deseja se aprofundar. Assim a BNCC tem como objetivo “garantir a oferta de educação de qualidade à todos os jovens brasileiros e de aproximar as escolas à realidade dos estudantes de hoje, considerando as novas demandas e complexidades do mundo do trabalho e da vida em sociedade.” (BRASIL, 2017, s/p).

Questões acerca da base precisam ser questionadas, como uma Base Nacional Comum Curricular será capaz de aproximar as realidades dos estudantes no que diz respeito a um país tão desigual como o Brasil? Como mencionado por SILVA, (2015, p.375) a BNCC “vai justamente em sentido oposto ao entendimento de que enfrentar as desigualdades passa por respeitar e atentar para a diferença e diversidade de todos os tipos, desde a condição social até às diferenças étnico-raciais, de gênero, sexo etc.”. Além desse



aspecto, outro que é de relevante preocupação diz respeito ao esvaziamento do conhecimento científico já presente no documento, como analisado por Marsiglia, Pina, Machado, Lima (2017) o que mais uma vez gera a negação do acesso à educação, pois ainda que estejam na escola, ela não cumpre sua função primordial.

A juventude da classe trabalhadora por muitas décadas foi impedida de obter o conhecimento científico, sua entrada física nos espaços escolares representa um avanço, segundo Arroyo (2013, p.226) os jovens que frequentam a escola atualmente são “Outros”<sup>3</sup> sujeitos, assim precisamos de outro sistema, outras didáticas e uma nova formação dos profissionais da educação.

A escola pensada para esses “Outros” sujeitos precisa considerar suas realidades, suas condições econômicas e sociais, não reproduzindo falas preconceituosas que afastam essa juventude da escola, tal como uma sociedade que ainda enxerga essa juventude como despreocupada, desinteressada e indisciplinada.

Não é um consolo constatar que esses adolescentes e jovens não são apenas alunos indisciplinados, que nada querem de nossas lições. Abrir nosso olhar para quem são na cidade, nas periferias, na sobrevivência, na sociedade, nos programas de assistência, emprego, cultura, esporte, saúde e até segurança... pode superar olhares demasiados escolarizados que em pouco ajudam a entender quem são, que lugar – ou sem lugar- lhe é reservado em nossa ordem-desordem social e urbana. Somente mirando esses adolescentes jovens nesse olhar aberto entenderemos quem são nas salas de aula: os mesmos vistos como incômodo fora. (ARROYO, 2013, p.224).

Debates que trazem a história da escolarização da sociedade da classe trabalhadora buscar entender a quem serve a escola, segundo Arroyo (2012) “A burguesia nacional e internacional que compra e explora brutalmente a força de trabalho parece acreditar ainda na observação feita por Diderot há duzentos anos, que é mais difícil explorar um camponês (um trabalhador) que sabe ler do que um analfabeto.”

Com isso mostra-se a importância de uma educação emancipatória e libertadora para as escolas, pois no atual contexto que nos encontramos, observa-se que os jovens não se reconhecem como sujeito de transformação da sociedade, quando ingressam no Ensino Médio exigem deles que se adapte a realidade e as regras de tal instituição, a qual não vê essa juventude para além dos muros da escola, apenas o considera como um cidadão<sup>4</sup> que vem buscar conhecimento.

---

<sup>3</sup> “Outros” segundo Arroyo (2013) são os sujeitos que antes não chegavam às escolas como os filhos dos setores populares.

<sup>4</sup> Esse entendimento de cidadania está restrito ao que é usualmente utilizado, como cumpridor de seus deveres e mero desfrutador de seus direitos. Para nós o significado de cidadão é mais profundo, entendendo os sujeitos

Conforme Dayrell (2011) afirma, o sujeito jovem é visto inúmeras vezes dentro da escola como agressivo, despreocupado, desinteressado, sem perspectiva de vida. Esse estereótipo colocado na juventude é pelo desconhecimento ou descomprometimento com sua realidade e pela reprodução de falas que não reconhecem essa juventude da classe trabalhadora como formadora de cultura. Aspectos como as diferentes expressões artísticas e culturais não são trabalhados na escola. A música, o teatro e a dança são expressões que envolvem os jovens, com ludicidade, prazer, e também conhecimento, possibilitando que eles se reconheçam como sujeitos de uma identidade, entretanto os mesmos acabam não estando presente nas práticas das escolas.

Compreendendo também a escola como um espaço de relação, de sociabilidade, no qual os alunos se encontram e trocam ideias, ampliando sua socialização para além das famílias, o papel desta instituição se torna fundamental, para que ali ocorram a mobilização e participação nas ações coletivas a fim de fortalecer e aprofundar sua formação nas várias dimensões humanas. Um exemplo neste sentido são as ocupações das escolas que ocorreram em 2016 em várias regiões do Brasil, por meio da organização de jovens que resistiram e lutaram coletivamente por seus direitos. Assim, as relações que ocorrem dentro do ambiente escolar são de extrema importância na formação dos sujeitos, contribuindo para dar sentido ao fato de estar e permanecer neste espaço.

Imagem 1- Mobilização dos estudantes contra a PEC 241 e a Reforma do Ensino Médio, 2016

---

como históricos, portanto, como construtores de novos direitos, como Munarim (2005) menciona, a cidadania ativa significa o próprio sujeito exercer seu direito de produzir as políticas públicas conforme as necessidades e demandas existentes.



Fonte: <http://www.ubes.org.br>

Dessa forma para podermos construir uma educação escolar que nos interessa para a formação dessa atual juventude necessitamos analisar práticas existentes e nos inspirarmos em uma educação que considere os sujeitos, suas especificidades, seus contextos de vida e suas potencialidades. Assim abordaremos no seguinte capítulo os princípios da Educação do Campo, a qual assume uma concepção educativa que se contrapõe ao sistema capitalista, portanto dialogando com nossa compreensão da necessária formação da juventude que possibilite superar os limites em que ela se encontra neste mesmo sistema.

### **3. EDUCAÇÃO DO CAMPO COMO CAMINHO PARA TRANSFORMAÇÃO DOS SUJEITOS**

Apresentaremos o texto deste capítulo a partir do objetivo específico para discorrer sobre os princípios da Educação do Campo, buscando relacionar elementos para contribuir com a formação da juventude nas escolas do campo, a partir de uma noção de educação que considere esses sujeitos.

Antes de nos aprofundarmos nos princípios da Educação do Campo entendemos ser relevante trazer um breve caminho percorrido desde o surgimento da expressão “Educação do Campo” até seus objetivos. Iniciamos com uma problematização referente ao meio rural, o qual há décadas já enfrenta problemas e debates feitos por populações interessadas em soluções para essas comunidades. Em meio a questões de inferiorização do meio rural e das desigualdades que a população que ali vive enfrentam, surge a necessidade de debater e construir alternativas para transformar esta condição.

A “Primeira Conferência Nacional Por Uma Educação Básica do Campo” realizada no estado de Goiás em Luziânia, nos dias 27 a 30 de julho de 1998 (CALDART, 2012) levantou discussões acerca de que educação está sendo oferecida no meio rural, e como a Educação do Campo precisa ser diferenciada para os sujeitos que ali vivem visando qualidade no ensino e voltada ao interesse da vida do campo (FERNANDES; CERIOLI; CALDART, 2011, p. 23). Sendo assim, a educação histórica ofertada no meio rural não é mais suficiente, aponta-se a necessidade de uma educação do campo.

Como afirma Fernandes, Cerioli e Caldart (2011, p. 25):

[...] quando discutimos a educação do campo estamos tratando da educação que se volta ao conjunto dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo, sejam os camponeses, incluindo os quilombolas, sejam as nações indígenas, sejam os diversos tipos de assalariados vinculados à vida e ao trabalho o meio rural.

Portando, Educação do Campo abrange todos os povos que tiram seu sustento do campo, trabalhando diariamente e resistindo para que o campo não seja visto como algo atrasado, mas sim de desenvolvimento cultural, social e econômico.

No Seminário Nacional realizado em 2002 o termo Educação Básica do Campo sofreu alteração sendo a partir daquele momento denominado Educação do Campo, conforme Caldart (2012) os movimentos camponeses e sindicais estavam envolvidos na luta mais ampla que somente por uma educação. Assim, a Educação do Campo nasce dos sujeitos do campo e de suas necessidades, além da união coletiva por uma Educação do Campo, segundo Caldart (2012, p. 261) se encontra outras lutas:

Combina luta pela educação com luta pela terra, pela Reforma Agrária, pelo direito ao trabalho, à cultura, à soberania alimentar, ao território. Por isso, sua relação de origem com os movimentos sociais de trabalhadores. Na lógica de seus sujeitos e suas relações, uma política de Educação do Campo nunca será somente de educação em si mesma e nem de educação escolar, embora se organize em torno dela.

Conforme a autora, a Educação do Campo defende uma educação que seja *No* e *Do* campo; *No* pois os sujeitos que ali moram têm direito a uma educação no local onde vivem, *Do* campo para que a educação seja dos camponeses, construídas com o povo, e não para eles. Na construção dessa Educação do Campo surgem questões levantadas sobre o direito à educação desde a infância até a universidade proporcionando uma educação transformadora para todos os povos do campo e não apenas uma escola no meio rural (CALDART, 2012).

Portanto, a escola assume um papel fundamental na vida dos sujeitos do campo segundo Fernandes, Cerioli e Caldart (2011, p.53):

A escola pode ser parte importante das estratégias de desenvolvimento rural mas para isto precisa desenvolver um projeto educativo contextualizado, que trabalhe a produção do conhecimento a partir de questões relevantes para intervenção social nesta realidade.

Percebe-se que a educação sozinha não consegue resolver todos os problemas ligados ao meio rural mas, um conjunto de ações políticas, culturais e econômica junto com uma reforma agrária pode contribuir para avançar na superação das desigualdades sociais que o povo do campo sofre. Fernandes, Cerioli e Caldart (2011) remetem a cinco transformações que ajudam a pensar a educação tendo surgido a partir da I Conferência Nacional. A primeira é o *papel da escola* e seus compromissos com a cultura, intervenção social e ético/moral, a segunda transformação diz respeito a *gestão da escola* em sua ampliação quantitativa e qualitativa, ocorrendo maior participação da comunidade dentro da escola, alunos e alunas participarem na gestão das escolas e criação de coletivos pedagógicos. A comunidade precisa estar presente na escola para que participe das tomadas de decisões sobre aquele ambiente, a escola somente fará sentido quando entender que aquele espaço pertence ao povo, e como instituição pública deve ser organizada e cuidada com a comunidade.

A terceira transformação é a busca por uma “*pedagogia escolar*, incorporar as lições da educação popular na vida da escola, no jeito de ensinar e de aprender.” (FERNANDES; CERIOLI; CALDART, 2011, p.55), tendo consciência de que a escola não pode ser apenas

uma reprodutora de conhecimento mas sim, apropriando-se dos saberes historicamente acumulados, como afirma Frigotto (2012, p.270),

A escola, assim, terá um papel revolucionário na medida em que construa - por um método materialista histórico dialético, partindo dos sujeitos concretos, com sua cultura, saberes e senso comum, e dialogando criticamente com o patrimônio de conhecimentos existentes – as bases científicas que permitem compreender como se produzem os fenômenos da natureza e as relações sociais. Estas serão bases para uma práxis revolucionária em todas as esferas da vida, no horizonte de abolir para sempre a cisão da humanidade em classes sociais.

A quarta transformação é o *currículo escolar*, um currículo que contemple as especificidades dos sujeitos das escolas e sua formação humana, a quinta é a *(trans) formação dos educadores/das educadoras desta escola*, o qual pensar a formação destes profissionais é essencial para que haja um rompimento da forma de produzir conhecimento.

Construir a Educação do Campo é fundamental para ultrapassar a escola hegemônica proposta para a classe trabalhadora construída pelo sistema capitalista, visando assim uma educação omnilateral<sup>5</sup> que leve em consideração a realidade dos sujeitos e suas especificidades, contribuindo para a construção de cada indivíduo e para a formação do coletivo (MOLINA e SÁ, 2012).

A perspectiva da Educação do Campo propõe trazer para dentro do processo pedagógico debates sobre a vida real destes sujeitos, trabalhando com temas que tragam relevância para aprendizagem e transformação destes sujeitos. A Educação do Campo defende que haja escolas do campo pois são ali que os sujeitos do campo se encontram, e é ali que eles devem estudar. Jovens que tem seu saber e conhecimento construído nas suas comunidades não devem sair do campo para ter direito ao ensino, mas que as escolas permaneçam no campo para atender esses sujeitos e suas necessidades.

Conforme apresentado no capítulo anterior sobre o direito à educação da juventude brasileira, é um direito universal isso quer dizer, todos os seres humanos têm direito a educação, “Como direito, não pode ser tratada como serviço nem como política compensatória; muito menos como mercadoria” (CALDART, 2011, p.150). Assim a juventude do campo tem direito a educação, mas não qualquer educação, precisam que esteja voltada a sua realidade ao mesmo tempo em que garanta acesso aos conhecimentos universais. A Educação do Campo objetiva construir práticas pedagógicas que visem a transformação destes sujeitos como construtores do conhecimento assimilado nas escolas.

---

<sup>5</sup> A educação omnilateral segundo Frigotto é entendida como uma formação humana que levar em conta todas as dimensões que constitui a especificidade humana.

A juventude apresentada neste trabalho necessita de uma escola voltada ao ensino que leve em consideração que os jovens trabalhadores inseridos num sistema capitalista precisam de outra forma de ensino. Uma educação que considere toda realidade destes sujeitos, uma juventude de muitas especificidades, diferenças que precisam ser colocadas como centrais no contexto das escolas de Ensino Médio.

Entende-se que a Educação do Campo é muito mais complexa e profunda do que somente uma luta por escolas do campo, vai muito além disso, são povos que acreditam em uma sociedade que vai contra a um sistema capitalista que preza somente o lucro, uma educação que valoriza a vida humana e seu entorno. Assim a escola assume um papel primordial nessa transformação e construção dessa sociedade, lutar por uma educação transformadora é entender que ela é um ato político-pedagógico.

### 3.1 APONTAMENTOS PARA UM ENSINO MÉDIO DO CAMPO

Necessitamos de um ensino que reconheça os saberes tradicionais e populares dos povos do campo como fundamentais no ensino e aprendizagem destes sujeitos, para que eles se reconheçam como produtores de história e de cultura. Precisamos de escolas que promovam o acesso ao conhecimento científico, artístico e filosófico, segundo Janata (2014, p.14) o Ensino Médio necessita:

[...] possibilitar a apropriação do mais avançado grau de produção da humanidade, seja no âmbito do trabalho, da ciência, da tecnologia ou da cultura, porque como produção humana, é um direito inalienável de nossa espécie, impulsionando-nos no desenvolvimento de nossas capacidades e, portanto, de nossas potencialidades humanas.

Respeitando todos os povos do campo para que haja uma concretização da aprendizagem por meio da valorização do conhecimento construído com a própria comunidade do local de onde mora, esse olhar para os saberes e fazeres do campo proporciona uma aprendizagem que seja significativa aos sujeitos das escolas. Molina e Sá (2012, p.329) afirmam que:

O principal fundamento do trabalho pedagógico deve ser a materialidade da vida real dos educandos, a partir da qual se abre a possibilidade de ressignificar o conhecimento científico, que já é, em si mesmo, produto de um trabalho coletivo, realizado por centenas de homens e mulheres ao longo dos séculos.

Outra medida importante são as políticas públicas que visem a permanência da juventude do campo nas escolas e sua continuidade de acesso a formação completa até as universidades, seja para os jovens do campo quanto para a juventude da cidade, todos têm

direito a estudar e esse direito não deve se limitar ao Ensino Médio. Só ocorrerá transformação no país se houver educação para todos os indivíduos não somente para uma minoria da classe burguesa.

Temos jovens que necessitam trabalhar para ajudar suas famílias, e essa juventude deve ser considerada nas escolas, pois eles têm direito ao conhecimento científico, mas também se deve pensar em práticas e metodologias diferenciadas a esses sujeitos. Pensar essas questões pode fazer com que o índice de evasão escolas, seja nas cidades e/ou no campo diminua, pois o interesse em permanecer nas escolas é que as mesmas façam sentido para a vida dessa juventude. O interesse dos alunos em continuar nas escolas pode vir por meio de pensar outras formas de ensinar os conteúdos, com aulas mais dinâmicas com experimentos práticos e que trabalhem os conteúdos a partir da relevância que eles terão na vida destes estudantes, portanto de uma articulação entre escola e vida.

Uma escola que concilie a teoria e a prática, relacionando o trabalho manual e o teórico, sem desmerecer um sobre o outro, proporcionará um olhar mais profundo no ensino e aprendizagem desta juventude. A Educação do Campo pode contribuir nessa tarefa de dar significado na aprendizagem dos estudantes, trazendo suas realidades para dentro da sala de aula, envolvendo toda a comunidade nesse processo coletivo, a fim de que as escolas sejam abertas para todos aprenderem e ensinarem o que já sabem.

É um desafio planejar, repensar e pôr em prática os princípios da Educação do Campo no atual contexto da sociedade, mas como docentes e pessoas comprometidas com o ensino e formação da classe trabalhadora do país não podemos abrir mão dessa tarefa educativa, que é histórica e somente possível de alcançar por meio da organização coletiva.



#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Gostaria de deixar bem claro que não apenas imagino, mas sei quão difícil é a aplicação de uma política do desenvolvimento humano que, assim, privilegie fundamentalmente o homem e a mulher e não apenas o lucro. (FREIRE, 2018, p.128).

Neste trabalho entendemos a juventude como um período da vida permeado de circunstâncias que interferem diretamente em que sujeito eles são e que sujeitos estão se formando, tomando a construção futura como horizonte, sem perder de vista a importância em considerar os jovens enquanto estão sendo.

Um sujeito para ser capaz de pensar em política e discutir possibilidades de avanços precisa antes de condições que possibilitem viver, precisa antes de comida, de saúde, de escola, de lazer. É neste sentido que se coloca a necessidade de refletir sobre as condições de vida da juventude trabalhadora, articulada as possibilidades de escolarização que ofertem, para além de uma boa alimentação por meio da merenda escolar, laboratórios de Matemática, Química, Biologia, entre outros, para que tenham um ensino que busque as articulações entre os aspectos práticos e teóricos dos fenômenos; biblioteca com livros de qualidade para se formarem leitores interessados em aprender sempre mais.

Logo discussões acerca de que a escola não é neutra e perguntas a quem a escola serve, deve ser feitas para podemos pensar que escolas queremos. Precisamos resistir e lutar contra pensamentos ultrapassados que negam e não reconhecem a escola nem os profissionais que ali trabalham, apenas propagam informações que nada agregam, somente tirando o foco daquilo a ser priorizado. Como afirma Freire (2018, p. 75), quando estamos dentro da sala de aula não somos neutros, “ninguém pode estar no mundo com o mundo e com os outros de forma neutra. Não posso estar no mundo de luvas nas mãos, constatando apenas.”

Segundo as autoras Molina e Sá (2012, p.327):

O conhecimento científico acumulado pela humanidade não pode ser usado com neutralidade; ele deve dialogar com as contradições vividas na realidade destes sujeitos, o que envolve a busca de alternativas para as condições materiais e ideológicas do trabalho alienado e para as dificuldades de reprodução social da classe trabalhadora do campo [...].

É dentro da escola que ocorre também a construção do conhecimento, onde se formam sujeitos, discutem-se saberes e debate-se ideias e se isso não ocorre nas escolas onde esses estudantes irão acessar tal formação? Assim, quando nos calamos e não discutimos sobre racismo, gênero e sexualidade esses assuntos não deixam de existir no mundo. Quando decidimos não discutir questões importantes para a formação dos estudantes jovens estamos nos posicionando contra debates fundamentais.

O Ensino Médio é o período de construção de conhecimento, que se abre possibilidades mais concretas de levar à reflexão dos estudantes acerca do desemprego, da precariedade das escolas. Fazer problematizações e provocações que proporcionem a reflexão crítica da sociedade e o sistema capitalista é nosso papel como docente, uma educação bancária vai contra a um ensino emancipatório e libertador que acreditamos, e que a Educação do Campo defende.

Nesta investigação foi proposto como objetivo a elaboração de uma reflexão crítica para apontamentos de possíveis contribuições da Educação do Campo para escolas de Ensino Médio que considerem a juventude em geral e, em específico, os jovens do campo. Para tanto, buscamos apresentar uma síntese do contexto atual da juventude, com a problemática de sua inserção no trabalho e as condições de sua escolarização dessa juventude.

Desde o início do texto tentamos trazer elementos acerca do que é ser jovem trabalhador no contexto atual. Compreendemos que a formação do indivíduo se constrói na relação com o outro e com seu meio, entendendo assim o trabalho formador do ser, humanizado e ao mesmo tempo transformador de si e de suas realidades. Trabalho entendido como,

[...] atividade pela qual o ser humano cria, dá sentido e sustenta a vida; ensinar a crianças e jovens o sentido de transformar a natureza para satisfazer as necessidades humanas, compreendendo que nos produzimos a partir do próprio trabalho, e, principalmente, ensinamos a viver do próprio trabalho e não viver do trabalho alheio. (MOLINA, SÁ, 2012, p.329).

Portanto o ensino assume sua função de proporcionar a essa juventude meios de apropriarem-se do conhecimento científico acumulado pela humanidade fornecendo direitos iguais para todos os sujeitos, para que todos os indivíduos tenham direito a educação de qualidade e um ensino que reconheça suas realidades e construa uma escola desde os sujeitos, que faça sentido para eles.

A partir deste trabalho colocamos como horizonte aprofundar questões que fundamentam nossa sociedade como o conceito de trabalho, o modo de produção capitalista, o papel da educação, a importância de políticas públicas para os sujeitos do campo e da cidade. Entendemos que o término de uma graduação não pode ser o fim da busca incessante pelo conhecimento, é antes seu início, pois lendo, ouvindo e praticando nos transformamos em uma sociedade humanizada.

Para finalizar afirmamos que a Licenciatura em Educação do Campo proporcionou uma melhor reflexão da sociedade e como a educação tem esse papel importante na vida dos sujeitos. A trajetória vivenciada, explicitada no início do texto, traz debates relacionados em como o jovem trabalhador muitas vezes não vê sentido nas escolas e por esse motivo acaba desistindo de estudar. Contudo trazemos que o conhecimento discutido dentro e fora da sala de aula no curso nos transformou e como a problematização das questões comuns podem nos fazer refletir sobre problemas que a sociedades enfrenta. A partir das provocações que surgem podemos construir possibilidades de transformação rumo à superação da exploração capitalista.

A Educação do Campo está intrinsecamente ligada aos sujeitos que atende e sua realidade, podendo assim proporcionar a valorização de saberes e fazeres destes sujeitos, e a formação de docentes capazes de repensar a educação com um todo, contribuindo para a formação de sujeitos que compreendam os limites da sociedade, e justamente por isto, desenvolvam práticas coletivas buscando sua superação. Reiteramos, por fim, os apontamentos para as escolas do campo, que promovam o acesso ao conhecimento científico, artístico e filosófico, além da valorização dos saberes e fazeres do campo, proporcionando uma aprendizagem que seja significativa aos sujeitos das escolas, em especial, os jovens, trazendo a vida para dentro da sala de aula, envolvendo toda a comunidade nesse processo coletivo. Em outras palavras, a Educação do Campo contribuindo para (trans)formar os sujeitos!

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia. **Ensino médio múltiplas vozes**. Brasília: Unesco, 2003.

ARROYO, Miguel G. **O currículo, território em disputa**. 5. ed. Petrópolis RJ: Vozes, 2013.

ARROYO, Miguel. **O direito do trabalhador à educação**. Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador. Carlos Minayo Gomez... [et al.]. -6. ed.- São Paulo: Cortez, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF. MEC, 2017. Disponível em: <[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518-versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf)>. Acesso em: 07/12/2019 dez.2019.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF. MEC, 2018. Disponível em: <[http://fne.mec.gov.br/images/RESUMO\\_RELATORIO\\_INEP\\_-\\_PNE\\_2018\\_-\\_PRINCIPAIS\\_CONCLUSOES\\_.pdf](http://fne.mec.gov.br/images/RESUMO_RELATORIO_INEP_-_PNE_2018_-_PRINCIPAIS_CONCLUSOES_.pdf)>. Acesso em: 08/01/2020.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF. MEC, 2017. Disponível em: <[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518-versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf)>. Acesso em: 08/01/2020.

\_\_\_\_\_. Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Lei Nº 12.796, de 4 de abril de 2013. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Brasília, 4 de abril de 2013

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Brasília, 5 de agosto de 2013.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000. Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943.

BOURDIEU, Pierre. **A “juventude” é apenas uma palavra**. In: Questões de Sociologia. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019. 272 p.

CALDART, Roseli Salete. **Por uma Educação do Campo**: Traços de uma Identidade em Construção. In: ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA,

Mônica Castagna. *Por uma Educação do Campo*. 5. ed. Petrópolis, Rj: Vozes, 2011. p. 7-214.

CALDART, Roseli Salete. **Educação do Campo**. In: CALDART, Roseli Salete et al (Org.). *Dicionário da Educação do Campo*. 2. ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 14-787.

CASTRO, Elisa Guaraná de. **Juventude do Campo**. In: CALDART, Roseli Salete et al (Org.). *Dicionário da Educação do Campo*. 2. ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 14-787.

CORTI, Ana Paula de Oliveira; SOUZA, Raquel. **Diálogos com o mundo juvenil: subsídios para educadores**. 2. ed. São Paulo: Ação Educativa, 2012. 112 p.

DAYRELL, Juarez Tarcísio. **A juventude e a Educação de Jovens e Adultos: reflexões iniciais- novos sujeitos**. In: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia; GOMES, Nilma Lino. *Diálogos na Educação de Jovens e Adultos*. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 7-293.

ENGELS, Friedrich. **Sobre o Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem**. Ed. Ridendo Castigat Mores. 1876. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/macaco.pdf>>. Acesso em: 08/01/2020.

FERNANDES, Bernardo Mançano; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete. **Primeira Conferência Nacional "Por uma Educação Básica do Campo"**. In: ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. *Por uma Educação do Campo*. 5. ed. Petrópolis, Rj: Vozes, 2011. p. 7-214.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 57. ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz & Terra, 2018. 144 p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Unesp, 2000.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2010. 263 p.

FRIGOTTO, Gaudêncio; Educação omnilateral. **Dicionário da Educação do Campo**. Org. CALDART, Roseli Salete [et al.]- 2.ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. Ed. 2. São Paulo: Atlas. 1989.

GOMEZ, Carlos Minayo et al. **Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2012. 128 p.

HALMENSCHLAGER, Karine Raquiel. **Abordagem de temas em ciências da natureza no ensino médio: Implicações na prática e na formação docente**. 2014. 373 f. Tese

(Doutorado) - Curso de Programa de Pós- Graduação em Educação Científica e Tecnológica, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/129627/327594.pdf?sequenc e=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 04 nov. 2019

HADDAD, Sérgio. **Direito à educação**. Org: Caldart, Roseli S. et al. Dicionário da Educação do Campo. 2 ed. Rio de Janeiro/ São Paulo. Expressão popular, 2012.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua**. Distribuição de pessoas desocupadas por idade, 2º trimestre 2019. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?edicao=25199&t=destaques>>. Acesso em 08/01/2020.

IBGE. **Matrículas no ensino médio 2018**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama>> Acesso em: 08/01/2020.

INEP. **Sinopses Estatísticas da Educação Básica**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>>. Acesso em: 07 dez. 2019.

INEP. **Os resultados referem-se à matrícula inicial na Creche, Pré-Escola, Ensino Fundamental e Ensino Médio (incluindo o médio integrado e normal magistério), no Ensino Regular**. 2019. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/resultados-e-resumos>>. Acesso em 02/01/2020.

JANATA, Natacha Eugênia. **Ensino Médio e a formação de jovens do campo**. In: X ANPED SUL, 2014. Florianópolis. p. 1 - 17.

JANATA, Natacha Eugênia. **“Fuxicando” sobre a cultura do trabalho e do lúdico das meninas-jovens-mulheres de assentamento do MST**. 2004. 136 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Educação Física, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

JANATA, Natacha Eugênia. **"Juventude Que Ousa Lutar!"**: Trabalho, educação e militância de jovens assentados do MST. 2012. 276 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós graduação em Educação, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

KUENZER, Acácia. **Ensino de 2º grau: o trabalho como princípio educativo**. 2. ed. São Paulo: Editora Cortez, 1992.

MARSIGLIA, Ana Carolina Galvão. PINA, Leonardo Docena. MACHADO Vinícius de Oliveira. LIMA, Marcelo. **A base nacional comum curricular: Um novo episódio de esvaziamento da escola no Brasil**. *Geminal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 9, n. 1, p. 107-121, abr. 2017.

MELLO, Juliana Cristina de. **A organização da juventude e a repercussão sobre sua formação e contribuição no MST**: A experiência de um acampamento em Rio Bonito do Iguçu/PR. 2019. 80 f. TCC (Graduação) - Curso de Interdisciplinar em Educação do Campo, Ciências Humanas e Sociais- Licenciatura, Universidade Federal da Fronteira Sul-Uffs, Laranjeiras do Sul, 2019. Cap. 3.

MOLINA, Mônica Castagna; SÁ, Lais Mourão. **Escolas do Campo**. In: CALDART, Roseli Salete et al (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. 2. ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 14-787.

MUNARIM, Antônio. **Parceria Entre Estado e Sociedade Ocidental e Civil - Caminhos em Construção**. BORGES, Liana; BRANDÃO, Sérgio Vieira. (Orgs). **Diálogos com Paulo Freire**. Tramandaí: Isis, 2005. 180 p.

PIRES, M. F. C. **O materialismo histórico-dialético e a Educação**. Interface - Comunicação, Saúde, Educação, São Paulo, v. 1, n. 1, p.83-94, ago. 1997.

UFSC. **Solicitação de reconhecimento e avaliação do Curso de Licenciatura em Educação do Campo para o MEC**. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciências da Educação. Florianópolis, 2009.

QUEIROZ, Sicleide Gonçalves. **Educação escolar da juventude do campo**: Contribuição da pedagogia histórico-crítica para o trato com o conhecimento no currículo dos trabalhadores do campo. 2019. 190 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019. Cap. 3.

SILVA, Monica, Ribeiro da. **Currículo, ensino médio e BNCC Um cenário de disputas**. Retratos da Escola, Brasília, v. 9, n. 17, p.367-379, jul. 2015. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>. Acesso em: 15 agos. 2019.

SILVA, Monica Ribeiro da; PELISSARI, Lucas Barbosa; STEIMBACH, Allan Andrei. **Juventude, escola e trabalho**: permanência e abandono na educação profissional técnica de nível médio. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v39n2/aop899.pdf>>. Acesso em: 06 dez. 2019.

SILVA, Daniele Hungaro da. **Reflexões sobre a educação e trabalho na sociedade capitalista**: uma articulação necessária. 2014. Disponível em: <[http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq\\_pdf/495-1.pdf](http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/495-1.pdf)>. Acesso em: 08 dez. 2019.

ZAGO, Nadir. Do acesso à permanência no ensino superior: Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de percursos de estudantes universitários de camadas populares camadas populares. **Revista Brasileira de Educação**, Santa Catarina, v. 11, n. 32, p.234-237, ago. 2006.